

OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL PARA ESTUDANTES SURDOS

Daniela de Fátima Barbosa Gonzales Universidade Estadual Paulista - UNESP São Paulo – Brasil daniela.gonzales@unesp. br	Rosecleide Orozimbo Harada Universidade Estadual Paulista - UNESP São Paulo – Brasil rosicleide.harada@unesp .br	Renan Rodrigues de Souza Universidade Estadual Paulista - UNESP São Paulo – Brasil renan.r.souza@unesp.br	Maria Candida Soares Del-Masso Universidade Estadual Paulista - UNESP São Paulo – Brasil del.masso@unesp.br
---	--	--	--

RESUMO

O ensino remoto foi a solução encontrada por diversas redes de ensino para a continuidade das atividades pedagógicas durante a pandemia do Covid-19. Diferente do ensino a distância que possui uma legislação e uma estrutura própria, o ensino remoto emergencial (ERE) surgiu de forma emergencial sem uma estrutura definida para atender a demanda do momento. A regulamentação desse atendimento ocorreu por meio da LEI Nº 14.040 de 18 de agosto de 2020 (BRASIL, 2020) e a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020) que permitiu a realização de aulas digitais até 31 de dezembro de 2021. Diante desse novo cenário educacional, este artigo buscou apresentar as implicações quanto ao ensino de estudantes com surdez diante do uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no ERE das escolas bilíngues para surdos e das escolas de ensino regular com inclusão de estudantes com surdez. As dificuldades enfrentadas por professores bilíngues e intérpretes de libras para a realização de aulas utilizando-se da Libras, as estratégias de ensino utilizadas na busca de uma educação qualitativa para e as barreiras que ainda persistem dificultando o ensino e aprendizagem desses estudantes. Ainda há muito o que se pesquisar e muito a se construir. Mas estamos num momento novo e não podemos ignorar que apesar das inúmeras dificuldades houve crescimento.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais, Surdez, Educação Especial, Ensino Remoto Emergencial.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil encontramos inúmeras pesquisas que abordam a melhoria da qualidade na educação de surdos. Autores como SKLIAR (1997), PERLIN E STROBEL (2006), QUADROS E SCHMIEDT (2006), FREITAS (2020) E LACERDA, ALBRES E DRAGO (2013) apontam a importância do uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua para o processo de ensino e aprendizagem do estudante com surdez. A Legislação Brasileira com base nos documentos - LEI Nº10.436 (BRASIL 2002) e o Decreto 5.626 (2005) ratificam e garantem o direito aos estudantes surdos para que a

aprendizagem seja significativa, fazendo-se necessário a elaboração de aulas contemplando a cultura e a identidade visual, recurso linguístico dos sujeitos com surdez. No ano de 2020 deparamo-nos com algo inesperado. Uma pandemia causada pelo vírus SARS-Co V-2, mais conhecido como Covid-19. Um vírus altamente contagioso e letal, que trouxe medos e incertezas em todo o Mundo, levando as autoridades a tomarem medidas drásticas como o isolamento social na tentativa de conter a multiplicação de contágio. Com isso, as aulas presenciais foram suspensas, a princípio imaginando que seria algo a curto prazo. Mas a cada dia que se passava, era percebido o quanto esse vírus era agressivo e o quão importante seria permanecermos isolados. Diante desse cenário indagamo-nos: Como garantir aos estudantes o seu direito ao ensino e aprendizagem diante deste novo cenário mundial? Uma busca incessante por estratégias de ensino para contemplar os estudantes de forma remota iniciou-se em todo o mundo. Um grande desafio para garantir aos estudantes seu direito à educação mantendo-os em isolamento para sua segurança. O Conselho Nacional de Educação criou diretrizes orientadoras para implementação da Lei 14.040 (BRASIL, 2020a) por meio da Resolução nº 2 (BRASIL, 2020b), de 10 de dezembro de 2020, que trouxe diretrizes orientadoras para implementação da lei supracitada, deixando a cargo de cada rede de ensino a opção por adotar atividades não presenciais para o ano letivo de 2020. Os documentos esclarecem que as atividades pedagógicas não presenciais devem respeitar as especificidades dos estudantes principalmente em relação ao uso das tecnologias digitais de apoio ao processo de ensino e aprendizagem considerando a autonomia das escolas. Diversos estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e tantos outros optaram pelo ensino remoto emergencial (ERE), utilizando-se de plataformas virtuais, aulas síncronas (via *google Meet*, *Teens*, *Zoom*), assim como outras ferramentas tecnológicas de apoio ao processo de ensino e aprendizagem atualmente disponíveis.

Assim, nos questionamos: como garantir aos estudantes com surdez o acesso à educação, associada ao direito linguístico de aprender utilizando sua primeira língua? Este desafio nos trouxe a essa pesquisa, buscando entender como os educadores bilíngues e intérpretes de Libras estão desenvolvendo esse trabalho, quais as estratégias de ensino e aprendizagens utilizadas nesse período remoto, o que tem se apresentado como eficaz no processo de ensino e aprendizagem e quais as barreiras encontradas nessa nova modalidade de ensino.

2. A ROTINA ESCOLAR ANTES DA PANDEMIA E O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Antes da pandemia as escolas bilíngues de educação para surdos realizavam um trabalho presencial com os estudantes, garantindo o ensino e aprendizagem a partir de sua primeira língua, a Libras. A presença do estudante no ambiente escolar era fundamental para a aprendizagem de sua língua por meio do contato com os professores bilíngues e instrutores surdos, além da troca entre seus pares, garantindo assim um ambiente enriquecedor para o ensino e aprendizagem dos conteúdos historicamente acumulados.

Enquanto isso, as escolas de ensino comum também se preocupavam em propiciar aos estudantes com surdez a construção de conhecimentos com o respaldo do profissional Tradutor Intérprete. Uma vez que a língua majoritária nessas escolas é a oral-auditiva, coube ao tradutor e intérprete de Libras a função de intermediar as comunicações do estudante e para o estudante, ou seja, é competência desse profissional fazer a tradução da língua fonte para a língua alvo, assíncrona ou simultaneamente, a fim de proporcionar equidade no ensino.

Com a chegada inesperada da pandemia causada pelo vírus Covid-19, vimo-nos em uma situação atípica sem precedentes na história, sem modelos de ensino a serem seguidos ou estudos que pudessem nortear profissionais e/ou instituições quanto a um novo processo de ensino e aprendizagem de forma remota. Assim, cada país buscou uma solução temporária e o Brasil não foi diferente. Entendendo que as aulas deveriam ser retomadas, mas que o distanciamento social deveria permanecer, buscou-se soluções na aplicabilidade do ensino a distância, conforme orientações da Resolução nº 2 de 2020:

§ 2º A realização das atividades pedagógicas não presenciais deve possibilitar a efetivação dos direitos de aprendizagem expressos no desenvolvimento de competências e suas habilidades, previstos na BNCC, nos currículos e nas propostas pedagógicas, passíveis de serem alcançados mediante estas práticas, considerando o replanejamento curricular adotado pelos sistemas de ensino, redes e escolas. (BRASIL, 2020b, p.6).

Neste momento, para a solução da situação de forma rápida foi utilizado o Ensino Remoto Emergencial (ERE), por muitos confundido com Educação a Distância (EaD). Para esclarecer, apresentaremos aqui algumas diferenças entre EaD e ERE. Na perspectiva de Mill (2018) a Educação a Distância:

Caracteriza-se pela separação física (espaço temporal) entre aluno e professor, bem como pela intensificação do uso de tecnologias de informação e comunicação (especialmente tecnologias digitais) como mediadoras da relação ensino-aprendizagem. [...] De modo geral e simplificado, pode-se dizer que todos os aspectos envolvidos no ensino-aprendizagem da EaD são praticamente os mesmos da educação presencial, estruturados num processo dialético, de modo articulado, complementar e dinâmico. Ocorre que essa base diluída e fluída da EaD se organiza em espaços e tempos redimensionados, distintos daqueles que regiam (e ainda regem) a tradicional organização escolar. Assim, a interlocução é possibilitada tanto por suportes tecnológicos para comunicação síncrona/simultânea (como em web conferências, salas de bate papo etc.), quanto na comunicação assíncrona/diferida (a exemplo de fóruns, ferramentas para edição de textos web e e-mails) (MILL, 2018, p. 200). A modalidade EaD deve ser entendida como processo planejado e não acidental de aprendizado e ensino que ocorre, normalmente, em um lugar e momento distinto para estudantes em relação aos educadores, tendo como formas de interação as diversas tecnologias digitais de informação e comunicação. (MILL, 2018, p. 202).

Segundo Arruda (2020), EaD é uma modalidade de ensino realizada a distância, mas que envolve um planejamento prévio onde os profissionais envolvidos têm conhecimento do perfil dos estudantes, o desenvolvimento das aulas, contam com o auxílio de diversos profissionais para a produção e edição de vídeos com qualidade pedagógica e estética, as estratégias de ensino são planejadas a médio e longo prazo de forma que contemplem as dimensões síncronas (contato imediato entre professor e estudante) e assíncronas (aulas realizadas via plataformas onde o estudante escolhe o melhor momento para acessar os conteúdos, sem contato imediato com o professor). A ERE trata-se da oferta temporária de ensino remoto com aulas previamente elaboradas para o ensino presencial, de forma que essas são adaptadas durante o período de crise pandêmica e podem ser organizadas em tempo semelhante ao ensino presencial, com transmissões em formatos de *lives*. Os educadores podem realizar a gravação de conteúdos e disponibilizá-los em plataformas organizadas pelas esferas públicas, além de transmissões de conteúdos por TV, rádio ou canal digital disponibilizados pelas estatais. Pode ocorrer ao longo da crise, o ensino híbrido que se refere ao retorno parcial de estudantes para o ensino presencial com redução de tempo das aulas, onde os estudantes deverão cumprir tanto as atividades presenciais quanto as demais que forem ofertadas de forma remota.

3. ESTRATÉGIAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Com o desafio lançado, iniciamos as aulas nas Escolas de Educação Bilíngue para Surdos na Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo de forma virtual, por meio da plataforma Google Classroom. A estratégia inicial foi cada professor gravar diversos vídeos em Libras e localizar aplicativos com recursos que tornassem as aulas o mais visual possível. Entretanto, alguns professores apresentaram dificuldades diante dessa nova modalidade de ensino, outros mais familiarizados com as tecnologias, buscavam auxiliar os docentes de forma que o estudante recebesse um ensino com qualidade. Nessa perspectiva, os professores se reinventaram criando aulas visuais em Power Point editando os vídeos com a janela de Libras, sendo necessário realizar inúmeras edições dos vídeos, pelos próprios docentes, para disponibilização na sala de aula do Google Classroom e envio dos vídeos via WhatsApp para aqueles familiares que não conseguiam acessar a sala de aula virtual. Durante este processo deparamo-nos com uma segunda situação: a dos familiares que não conheciam a Libras e não conseguiam auxiliar as crianças nas atividades propostas. Assim, foi preciso que os professores realizassem os vídeos em Libras incluindo legenda para que os pais pudessem ter acesso aos conteúdos disponibilizados aos estudantes e os auxiliassem nas atividades.

Devido à dificuldade encontrada por muitos estudantes quanto ao acesso à plataforma do Google Classroom, por diferentes motivos, como a falta de aparelhos tecnológicos (*notebook ou tablets*), por exemplo, a escola optou por realizar o contato com as famílias por meio do aplicativo WhatsApp, já que essa é uma ferramenta popular entre todos. Os vídeos das aulas produzidas em Libras foram salvos na ferramenta Youtube de forma a facilitar o compartilhamento, evitando assim o consumo excessivo de memória dos aparelhos celulares. Com esta estratégia, os estudantes assistiam os vídeos, realizavam as atividades escritas e as encaminhavam por fotos e/ou gravações de vídeos em Libras, via WhatsApp, aos professores. Esses professores ao receberem esses materiais, baixam os vídeos recebidos e alimentavam a sala de aula virtual para constar a atividade do estudante realizada com o uso daquela ferramenta. Além das aulas assíncronas realizadas pelo Google Classroom e pelo WhatsApp, a escola também organizou um horário de aulas síncronas que foram realizadas pelo Google Meet, onde os familiares recebiam previamente os horários e os links das aulas, semanalmente, para que

os estudantes pudessem ter o momento de troca e interação com o professor e com seus colegas utilizando Libras. Aos poucos, as aulas foram se modernizando, o uso do Google Meet foi se tornando mais amigável, ampliando o uso de diferentes ferramentas e oportunizando o compartilhamento de tela com apresentações em Power Point para todos. O professor também pode contar com este mesmo recurso para sanar dúvidas dos estudantes realizando pesquisas na internet e compartilhando a tela com as imagens pesquisadas.

Em um dos encontros virtuais realizados entre a Coordenação Pedagógica e os professores, uma professora relatou que em sua aula de geografia pode realizar uma atividade com os estudantes sobre localização espacial onde os próprios estudantes fizeram o percurso da escola até sua residência por meio do Google Maps. A professora relatou ainda que os estudantes realizaram a atividade muito animados pois um de cada vez pode realizar o percurso compartilhando sua tela com os demais colegas dialogando sobre os lugares que conheciam durante o percurso realizado. Essa atividade desenvolveu nos estudantes a autonomia nas pesquisas ampliando seu conhecimento por meio do uso da tecnologia o que pode demonstrar o quanto ela era favorável se usada adequadamente no processo de ensino e aprendizagem.

Ainda permanecemos em momento atípico no que tange ao processo de ensino e aprendizagem. Nas Escolas de Ensino Bilíngue para Surdos encontramos-nos neste momento utilizando o ensino híbrido, com alguns estudantes no ensino presencial em dias alternados, outros em ensino remoto total, o que tem exigido ainda mais dos educadores tendo em vista que devemos desenvolver inúmeras possibilidades de acesso a estes estudantes, seja pela plataforma do Google Classroom, seja pelas aulas síncronas realizadas pelo Google Meet, seja por materiais impressos para aqueles que não possuem nenhum tipo de acesso tecnológico, além do planejamento de aulas presenciais levando em conta as questões de distanciamento social e uso da máscara, o que tem dificultado na comunicação, já que a expressão facial é muito importante na Língua de Sinais.

Nas escolas de ensino regular, a orientação fornecida no Estado de Mato Grosso do Sul, para atendimento dos estudantes sem acesso à internet, foi que os profissionais especializados que atuavam nas Salas de Recursos Multifuncionais atenderiam os estudantes com deficiência auditiva que não possuíam intérprete ou Instrutor Mediador Modalidade Sinalizada ou Oral, e os surdos que recebiam o atendimento seriam atendidos

por seus apoios pedagógicos/ intérpretes /instrutores, em um trabalho colaborativo com os professores regentes.

Este trabalho consistia em preparar atividades impressas acessíveis que atendessem as peculiaridades do estudante com surdez. Para isso foi necessário um trabalho com imagens e fotos, ou seja, um trabalho árduo de adaptação do conteúdo neste momento do ERE, cujas atividades impressas foram retiradas na escola pelo estudante e/ou familiares, executadas em casa e devolvidas na coordenação pedagógica para que fossem posteriormente avaliadas pelos professores regentes.

Nas aulas *online*, via *Google meet* foi notório o desempenho do profissional tradutor intérprete, que através do seu trabalho possibilitou o acesso do estudante com surdez ao conteúdo. Então, para este grupo de estudantes, que possuíam internet e toda parafernália tecnológica necessária, ficou acordado que participariam das aulas via *Google Meet*, com apoio de aplicativos que permitiriam inserir uma janela com o tradutor intérprete atuando simultaneamente. Aparentemente poderia parecer uma ação simplista, mas exigiu do Tradutor Intérprete reinventar-se e fazer jornadas incessantes diante do WhatsApp para coadjuvar o processo de aprendizagem do estudante com surdez durante a pandemia utilizando-se do ERE.

As questões sociais ficaram evidentes neste momento pandêmico. Assim como os ouvintes, também há surdos sem conectividade. Diante do Público-alvo da Educação Especial as novas ações não podem/devem ser engessadas, pelo contrário neste momento devem ser flexíveis e passíveis de alterações e mudanças buscando sempre a melhor estratégia de atendimento ao estudante. Defronte destas tentativas, é relevante que os profissionais da Atendimento Educacional Especializado sejam qualificados e aptos a atuar e levar à comunidade escolar conhecimentos contundentes acerca das especificidades dos estudantes com surdez contando com possibilidades educacionais coerentes.

Levando-se em conta que não temos uma previsão de quando as atividades diárias irão normalizar, acreditamos que a temática não pode ser concluída neste momento, o que acarretará novas estratégias de ensino e aprendizagem que poderão agregar futuras ações aos docentes e/ou tradutor e intérprete de estudantes com surdez, o que virá a favorecer o contexto pedagógico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um momento tão peculiar de tantas incertezas e dúvidas, ainda é difícil pontuarmos qual a melhor estratégia de ensino e aprendizagem diante deste período do ERE. Portanto é certo que os profissionais da educação têm se dedicado para propor um ensino de qualidade o mais próximo da rotina anterior à pandemia, numa tentativa de minimizar as perdas educacionais, sociais e emocionais dos estudantes. O ensino assíncrono, síncrono e híbrido fortalece as propostas do ERE, mas ressaltaram as diferenças das classes sociais, pois diante de todos os entraves de uma sala de aula, esta última foi a mais gritante, classificando os estudantes entre os que frequentavam as aulas via *Google Meet* e os que faziam as atividades impressas e não mais a rotulação pejorativa de antes, ser ou não estudante Público-alvo da Educação Especial (PAEE).

A falta de conhecimento da Libras pelos familiares foi um fator considerável, pois tornou ainda mais penoso para o estudante o seu desenvolvimento, além de não obter auxílio durante a realização de suas atividades impressas no ensino remoto, vivenciou um isolamento ainda maior, privado de uma comunicação social.

Ainda há muito o que se pesquisar e muito a se construir. Mas estamos num momento novo e não podemos ignorar que apesar das inúmeras dificuldades houve crescimento, particularmente no uso das tecnologias digitais de apoio ao processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Revista em Rede**, Vol. 7, 2020. Disponível em:> <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621> > acesso em 28/05/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.**

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, **dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. **Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Brasília: MEC, 2020a.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2/2020. Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, que **estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade.** Brasília: MEC 2020b.

FREITAS, Isaac Figueredo de. Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020.

LACERDA, C. B. F.; ALBRES, N. A.; DRAGO, S. L. S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013.

MILL, D. (Org). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância.** Campinas, SP: Papirus, 2018.

PERLIN, G. T. T.; STROBEL, K. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Florianópolis: UFSC, 2006.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SKLIAR, C. B. (Org.). **Educação e Exclusão - Abordagens Socioantropológicas em Educação Especial.** 3.edição. Editora Mediação, 1997.